

O CURRÍCULO TRADICIONAL E SUAS VERTENTES HUMANISTA E TECNICISTA

Lucicleide Araújo Rodrigues¹; Kétsia Ferreira Viana Bezerra Dias²; Senyra Martins Calvacanti³

¹ lucicleidearaujo727@gmail.com; ² diasketsia@gmail.com; ³ senyra@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: O presente estudo discorrerá sobre o currículo proposto pelo *Ratio Studiorum*, elaborado pelo Inácio de Loyola para nortear o trabalho pedagógico dos jesuítas na Companhia de Jesus; e na perspectiva tecnicista que foi introduzida no Brasil durante o Regime Militar, para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Desse modo, nosso objetivo discorrer sobre estes currículos que nortearam a educação escolar brasileira em distintos períodos da história, no qual, não consideravam a diversidade sociocultural bem como não promoviam a inclusão educacional. O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com base em Doll (2002), Franca (1952), Saviani (2007), dentre outros, a partir dos estudos realizados no Componente Curricular de Currículo do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba. Desta forma, concluímos que os currículos apresentados não promoveram a inclusão nas instituições escolares, pois a preocupação esteve em introduzir os conteúdos de forma mecânica sem valorizar a criticidade.

Palavras-chave: Currículo, Humanismo, Tecnicismo.

INTRODUÇÃO

Percorrendo a história das disciplinas escolares ao longo do tempo, pode-se perceber que o currículo sofreu alterações de acordo com o tempo histórico que esteve inserido. Porém, mesmo com essas modificações, influências do ensino tradicional continuam presentes nos métodos de ensino utilizados na educação escolar atual. Essas influências podem ser notadas, ao dispormos das informações relatadas por Saviani (2007), que discorre sobre a história do ensino sistematizado no Brasil, mostrando a contribuição fundamental de algumas ordens religiosas que vieram ao Brasil no período do “descobrimento” e foram responsáveis pela criação dos primeiros colégios aqui existentes, destacando principalmente os Jesuítas. Esses religiosos, apoiados pelo papa, pela coroa portuguesa e pelas autoridades da colônia, exerceram o monopólio da educação nos três primeiros séculos da colonização desenvolvendo uma educação voltada à moral e aos bons costumes para a formação do bom cristão.

Essa visão tradicional do currículo é também desenvolvida na vertente tecnicista que buscou subsídios na administração científica taylorista, para propor uma educação voltada ao ingresso no mercado de trabalho. “Esse modelo instrumental não se preocupa com maiores

reflexões críticas e muito menos com questionamentos acerca de quais conhecimentos são selecionados/excluídos, e sim com o estabelecimento de metas para que se consigam delimitar habilidades e competências necessárias para determinadas ocupações” (RIBEIRO; ZANARDI, 2016, p. 6), ou seja, uma preocupação puramente técnica.

Na perspectiva apontada acima, objetivamos aqui abordar sobre estes dois modelos de currículo de caráter tradicional que nortearam a educação escolar em distintos períodos da história do país, pois consideramos o currículo tradicional como um instrumento que envolve o controle do ensino e da aprendizagem no ambiente escolar, no qual, ocorre uma estruturação, organização dos conteúdos escolares e evidencia práticas de exclusão ao desconsiderar a pluralidade cultural pelo fato de não explorar o diálogo entre as diferenças.

METODOLOGIA

O presente trabalho se fundamenta em estudo bibliográfico e qualitativo sobre o tema com base em: Doll (2002), Franca (1952), Saviani (2007), dentre outros, a partir da seleção de textos para análise sobre o currículo humanista e tecnicista permearam o trabalho pedagógico dos professores no Brasil. Assim, partimos de um olhar investigativo e, sobretudo, reflexivo, necessário para o desenvolvimento da percepção acerca das condições históricas e sociais nas quais o currículo é desenvolvido.

Para compreender os eixos norteadores desses currículos, foram realizados estudos no Componente Curricular de Currículo, ofertado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na perspectiva de compreender o contexto histórico dos currículos apresentados e os sentidos e significados atribuídos ao currículo, bem como a sua caracterização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No século XVI, um plano de estudos foi criado para regulamentar o ensino ofertado pelos Jesuítas, denominado *Ratio Studiorum*. O *Ratio* pautou a organização das atividades relacionadas ao ensino educacional desde o final dos anos 1500, funcionando como um manual que tanto o professor quanto o aluno deveriam conduzir seu comportamento de acordo com o que nele estava escrito. Esse plano de estudos criado para regulamentar o ensino ofertado pelos Jesuítas em Portugal e nas colônias portuguesas, se tratando de um conjunto de regras para orientar a conduta de todos que compunham o quadro educacional dos Colégios dessa ordem religiosa com um currículo pautado na educação literária e humanística.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Segundo o *Ratio*, o objetivo dessa orientação era: “[...] ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso [...]”. (FRANCA, 1952 p. 1). Seguindo esses desígnios, o ensino se dava em caráter religioso, o professor selecionado para exercer sua função que se dava pela observação do desempenho deste na disciplina que mais se destacasse, deveria promover com zelo o estudo da sagrada escritura, ser conhecedor de línguas, ser versado na Teologia e nas demais ciências, na história e outros ramos do saber. A ele caberia a tarefa de: “[...] mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhe são agradáveis, e alcançar que para este objetivo orientem todos os seus estudos”. (FRANCA, 1952, p.13).

De acordo com o *Ratio*, os professores e todos os escolásticos deveriam obedecer às orientações do Prefeito geral dos estudos: “[...] um homem bem versado nas letras e nas ciências, qualificado pelo seu zelo e discrição para os desempenhos das incumbências que lhe forem confiadas e cuja função será a de instrumento geral do Reitor na boa ordenação dos estudos”. (FRANCA, 1952, p.1). Dependendo da demanda e variedade do trabalho escolar, outro Prefeito poderia ser nomeado pelo Provincial, sendo este intitulado como “Prefeito de estudos inferiores e da disciplina”, tendo como ofício cuidar dos estudos inferiores, e se ainda assim, fosse insuficiente, seria nomeado um terceiro que ficaria responsável pela disciplina. Os docentes teriam que desempenhar suas atividades com exatidão e presteza, sem cometer a iniquidade de tratar com diferença um aluno independente de seu Status social, e teria de ser cuidadoso com o auxílio da graça divina e sempre instruir o aluno a avançar nos estudos.

Em se tratando da admissão de novos alunos, as orientações advindas do *Ratio* eram as seguintes: o candidato deveria responder a questionamentos relacionados aos estudos já obtidos, realizar um trabalho escrito com o tema que lhe fosse dado e posteriormente verterem em latim algumas frases, ou se fossem *mister*, traduzir de algum autor clássico. Os “bem instruídos e de “bons costumes” e “boa índole”, seriam admitidos, já os mais velhos ou muito novos, a menos que fossem “bem-dotados”, não teriam mesma “sorte”. Depois desse processo, os discentes aprovados eram apresentados às regras que a instituição de ensino seguia para que soubessem como deveriam se portar, seus dados pessoais eram escritos em um livro, aspecto que ainda é praticado nos dias atuais (matrícula), apesar de ter sofrido algumas modificações, em seguida de acordo com o seu desempenho era encaminhado a uma classe e ao professor que lhe convinha.

Os estudantes de teologia e filosofia tinham acesso restrito aos livros, somente os livros que fossem recomendados pelos professores e tivessem o conhecimento do Reitor poderiam ser lidos por eles, porém, estes eram advertidos para que não descuidassem da leitura e a

praticassem sempre. No entanto, não eram todos que tinham acesso a essa educação ofertada nos colégios jesuíticos, o plano excluía vários segmentos da sociedade como as mulheres, escravos, negros, filhos ilegítimos, crianças abandonadas e pessoas com deficiências perpetuando as desigualdades sociais.

O plano de estudo da Companhia de Jesus, mostra o passo a passo de como os professores de determinada disciplina devem transmiti-la, cada qual com sua finalidade, mas sempre enaltecendo os dogmas da Igreja Católica e seguindo a doutrina de Santo Tomás. Para os professores de filosofia a norma era clara, eles deveriam evitar Aristóteles ou qualquer outro filósofo que utilizasse de argumentos contra a fé, caso fosse necessário falar sobre algum deles, deveria ter cuidado ao interpretá-los, procurando de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutá-las com todo vigor. Seguindo as normas do *Ratio*, os docentes dessa disciplina não deveriam se filiar a nenhuma seita filosófica e ao contrário do que acontecia com Aristóteles, ao se referir a Santo Tomás, o professor tinha de ser respeitoso mesmo se divergindo dele em algumas questões. O curso de filosofia tinha duração de três anos, com duas horas diárias, divididas entre os turnos manhã e tarde. No caso dos professores de teologia, as regras estabelecem que estes, devem unir a sutileza da argumentação bem fundada com a fé ortodoxa e a piedade, o curso tinha duração quatro anos. Quanto a hierarquia organizacional proposta no *Ratio*, iniciava-se pelo provincial, logo após o reitor, o prefeito de estudos e professores no geral. Cada disciplina tinha suas regras estabelecidas quanto às provas escritas, as disputas, as punições e a distribuição de prêmios.

Muitos aspectos do *Ratio Studiorum*, apesar do passar tempo, permanecem arraigados ao modelo educacional vigente, regras como: frequência, pontualidade, cobrança na dedicação aos estudos, aluno se dirigir ao professor e esclarecer as suas dúvidas ou ficar em silêncio e não poder sair do lugar onde está sentado a não ser com autorização do professor, o fato das atividades do professor não se restringirem a sala, o momento de oração praticado por muitas escolas, mesmo o Estado sendo “Laico”. Enfim, são muitas as semelhanças entre o que está normatizado no *Ratio* e as práticas educacionais atuais, visíveis não apenas durante o ensino, mas também fora dele, atingindo desde o modo como as pessoas pensam com relação à formação moral até mesmo quando estas estão em busca de um emprego ou um ensino mais elevado. O método utilizado para obter o resultado dos classificados se assemelham ao de admissão dos alunos e seleção de professores nos Institutos de ensino comandados pelos Jesuítas, os aprovados provavelmente serão os que se destacarem mais tanto nos exames escritos quanto no seu modo de agir e se expressar oralmente.

Em relação à formação do professor, no ensino humanista proposto pelo *Ratio*, este tinha de ser conhecedor de línguas, versado na Teologia e nas demais ciências, na história e outros ramos do saber, mesmo ensino sendo dado em caráter religioso o professor tinha acesso a um grande acervo de conhecimento, usado para argumentar caso alguém questionasse as doutrinas que a igreja tanto zelava. Os professores tinham que desempenhar suas atividades com exatidão e presteza, sem cometer a iniquidade de tratar com diferença um aluno independente de seu status social, seguindo as orientações do *Ratio*, ele teria de ser cuidadoso com o auxílio da graça divina e sempre instruir o aluno a avançar nos estudos.

Os métodos de ensino utilizados pelos docentes exigiam do aluno muita dedicação, as atividades escolares não se restringiam apenas a sala de aula, em outros momentos, o aluno deveria reservar um tempo para estudar, reproduzindo fielmente as lições estudadas em sala. O professor era referenciado como o detentor de saber e o aluno como um depósito, absorvia as informações por meio das repetições, atividade proposta pelo *Ratio* e, posteriormente, reproduzia esses conhecimentos adquiridos nas disputas como algo natural, como se tivesse se apropriado do assunto para si e feito dele sua verdade.

De acordo com Saviani (2007), o curso de humanidades correspondia ao atual curso de ensino médio e seu currículo abrangia cinco disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. Posteriormente, essa formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, denominado de “estudos superiores”. Em suma, o plano de estudos da Companhia de Jesus, conduzia o passo a passo de como os professores e alunos deveriam de conduzir seus estudos e comportamento, nele estavam contidas todas as regras de conduta e de como as disciplinas deveriam ser dispostas ao alunado.

Com o passar do tempo, outra vertente educacional conseguiu prestígio tanto quanto o humanismo orientado pelo *Ratio Studiorum*. Como já citado, o currículo educacional sofre alterações de acordo com o tempo histórico que está inserido, com a industrialização em auge não poderia deixar de ser diferente, o tecnicismo ganha força também na área educacional.

Segundo Doll (2002), o sucesso do Taylorismo na eficiência técnica das escolas nos Estados Unidos¹, fez com que as escolas adotassem esse modelo de linha de montagem como modelo de múltiplos propósitos, com essa adoção as estruturas educacionais sofreram inúmeras mudanças, como por exemplo, as salas que eram multisseriadas e passam a ser

¹ O tecnicismo é implementado nos Estados Unidos na década de 20 do século, mas no Brasil apenas a partir das Reformas Universitária de 68 e de 1º e 2º. Graus de 1971.

divididas em níveis de série separadas (embora esses níveis funcionassem como ligação de uma série a outra).

Outro aspecto modificado foi o dia escolar, esse foi fragmentado em horas-aula com duração de trinta e cinco a quarenta e cinco minutos cada. De acordo com Doll (2002), padronizar o tempo instrucional asseguraria que todas as salas de aula estavam sendo utilizadas eficientemente, isto é, com o tempo reduzido o professor teria de aproveitar bem a sua aula e assim conseguir transmitir todo o conteúdo de forma prática e eficiente. Na concepção de Silva (apud SANTOS; MACHADO, 2011), a escola tinha a missão de conservar e restaurar os valores da cultura e o compromisso de formar pessoas de acordo com as exigências do trabalho de empresas comerciais e industriais. Nesse sentido, o sistema educacional teria de estabelecer objetivos ligados a eficiência da qualificação de futuras mãos de obra.

Na visão de Tyler (apud SANTOS; MACHADO, 2011), orientando-se por este contexto social instalado no período, as escolas passaram por um crescente processo de burocratização onde o controle passou a ser realizado através de formulários, com a finalidade de tornar o processo educativo objetivo, produtivo e eficiente. Seguindo essa visão, Saviani (apud SANTOS; MACHADO, 2011) aponta que esta finalidade era imprescindível ao processo educativo para aperfeiçoar os “futuros” trabalhadores, tornando-os eficientes, produtivos e disciplinados. Ainda segundo ele, essas relações escolares, baseadas na racionalidade, coloca professores e alunos em segundo plano.

De acordo com Santos e Tortato (2012, p. 3), o modelo tecnicista aparece na Reforma de Ensino de 1º. e 2º. Graus de 1971, como “afirmação de uma profissionalização compulsória, formação técnica, útil à produção, logo, limitada pela sua própria especificidade”. Os autores relatam que a escola foi transformada em empresa, onde o professor teve seu papel reduzido tornando-se apenas um técnico. Posteriormente, esse cenário sofre algumas alterações, com a globalização e o capitalismo num estágio avançado, faz-se necessário qualificar o trabalhador para que este seja flexível, adaptável, com muitas habilidades e também criativo, sempre se atualizando com base numa formação contínua, para que pudesse atender a demanda do mercado de trabalho. Sendo assim, a educação não é mais vista como uma transmissão de técnicas, ela acontece na perspectiva de desenvolver nos alunos as “habilidades e competências” que os prepare para a vida, orientada pelo trabalho flexível, adaptável e precário.

Em suma, é perceptivo as diferenças entre o humanismo e o tecnicismo, mas algumas semelhanças também se fazem presente nessas vertentes do ensino tradicional, tanto em uma

quanto na outra, a autoridade do professor exige atitude receptiva por parte dos alunos, o professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida, a disciplina é imposta como meio eficaz para assegurar a atenção e o silêncio do aluno. Nesse sentido, o fator principal na diferenciação entre as duas, acaba por ser o ensino de caráter religioso valorizado no humanismo e não continuado no tecnicismo, que tem como foco a formação profissional do aluno. Atualmente, a educação escolar vem se modificando, o ensino tecnicista, embora ainda utilizado, se tornou opcional, o ensino humanista ressurgiu renovado, mas apesar dessas modificações a influência do *Ratio* é muito perceptível, principalmente em questões que envolvem a religião, mesmo o estado sendo *laico*. Santos e Tornado (2012), relatam que na LDB nº. 9394/96 alguns elementos deixam claro a mudança do currículo tecnicista, que visava a profissionalização compulsória, por uma visão “humanista” na sua orientação geral. De acordo com eles, essa orientação fez com que a nova legislação montasse um currículo dividido em áreas do conhecimento, no qual se procuraria um equilíbrio entre elas. Os autores apontam que disciplinas como Sociologia e Filosofia, retiradas do currículo durante a Ditadura militar, foram reintroduzidas, primeiramente de forma precária, mas ao longo do tempo conquistaram sua presença curricular obrigatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo podemos concluir que o currículo tradicional nas vertentes humanista encontrada no *Ratio Studiorum* e tecnicista voltada para o mercado de trabalho foram elaborados de acordo com a realidade social de determinada época para atender aos interesses impostos pela classe dominante. Assim, não foi contemplada uma educação que considera a multiplicidade cultural dos sujeitos no processo educativo, visto que a formação ofertada era excludente deixando à margem vários grupos sociais.

Nestes currículos não havia espaço para o diálogo entre professor e aluno prevalecendo uma educação hierarquizada que também não considerava as diferenças como ponto de partida para um trabalho pedagógico adaptado as necessidades educativas dos alunos ou como meio de amenizar a discriminação socioeconômica para promover o respeito às diversidades que permeiam a sociedade. Desta forma, estes currículos foram pautados em interesses de uma minoria negando o direito a uma educação participativa e, principalmente, inclusiva.

Portanto, o currículo deve considerar a diversidade de alunos com os diferentes níveis de desenvolvimento para que o docente crie situações de aprendizagem significativas, no qual, o aluno com deficiência possa desenvolver suas capacidades e potencialidades, pois a educação deve ser um espaço de superação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

DOLL JR, William E. Os remanescentes do currículo. In: **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: ArtMed, 2002. p. 55-72.

FRANCA, Leonel S. J. **O método pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum**. Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro: AGIR, 1952. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/brcol013.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016. Horário: 19:00.

RIBEIRO, Márden de Pádua; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. O Tecnicismo na Teoria Curricular: percepções de um grupo focal de um curso de Pedagogia. In: **Espaço do Currículo**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 07 ago. 2018. Horário: 20:30.

SANTOS, Bergston Luan; MACHADO, Liliane Campos. **O currículo: teoria, história e prática docente**. [S.I.], 2011. Disponível em: <http://www.Coped-nm.com.Br/terceiro/images/anais/saberespraticas-educativas/pdf/bergston_luan.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2016. Horário: 21:35.

SANTOS, Genivaldo de Souza; TORTATO, Alana. **Do tecnicismo ao humanismo pedagógico: uma leitura sobre o “lugar” das humanidades no ensino médio**. São Paulo: FAEF, 2012. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagensarquivos/arquivosdestaque/0K0SNm-Li1oaFwln_2013-7-10-16-12-10.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2016. Horário: 22:00.

SAVIANI, Dermeval. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759). In: **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 49-59.